

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 20ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.2 – 21ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia
- 1.3 – 13ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 1.4 – 14ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 1.5 – 15ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 1.6 – 16ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia
- 1.7 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 3/7/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dispor sobre a taxa de socialização em benefício dos adolescentes trabalhadores, prevista em contrato firmado entre a Assembleia Legislativa e associação profissionalizante do menor. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária LS Locações, Serviços e Eventos Ltda., tendo como objeto a prestação especializada de serviços, sob demanda, de produção de eventos, envolvendo atividades de planejamento, coordenação, realização e acompanhamento dos serviços correlacionados, para execução de ações de infraestrutura e logística, ações promocionais e de comunicação vinculadas aos eventos – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Presencial nº 19/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Social, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Lima Dias Roupas e Acessórios Ltda. – EPP, tendo como objeto o fornecimento de uniformes masculinos – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 053/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa DDTiza Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de controle, combate e extermínio de pragas urbanas nas dependências da Casa – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 29/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de

pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 10 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 10 de julho de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 10/7/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Fastcon Construções e Empreendimentos Ltda. – ME, tendo como objeto o fornecimento e instalação de forro acústico em gesso – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 43/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Multipães Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento de lanches – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 39/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Talentos Cinevídeo Eireli – EPP, tendo como objeto a prestação de serviços de operação de sistemas de áudio e vídeo para a Gerência-Geral de Rádio e Televisão – parecer favorável à revisão de preços decorrente de: reajuste salarial da categoria e pagamento de abono salarial, de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2017; aumentos dos valores de vales-transporte concedidos pela BHTrans e Setop; aumento da quantidade de vales-transporte e vales-refeição em razão de nova escala de trabalho e reajuste de valor do plano de saúde, conforme percentual permitido pela ANS, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Lavanderia Lavsec Rápido Ltda. - ME, tendo como objeto a prestação de serviços de lavanderia – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Filmavídeo Ltda. - Me, tendo como objeto a prestação de serviço de repórter fotográfico – parecer favorável à modificação do anexo VII a que se refere a subcláusula 3.1.2 do contrato CTO 19/2017, considerando manifestações da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad –, tendo como objeto a autorização para utilização pública de obras musicais, lítero-musicais e de fonogramas mediante a transmissão e/ou retransmissão, através de TV, rede internet e de sonorização ambiental – parecer favorável à contratação, por inexigibilidade de licitação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos

termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 17 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 17 de julho de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 17/7/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT –, tendo como objeto a prestação de serviços postais diversos e venda de produtos – parecer favorável à atualização dos termos do Anexo do Serviço de Pré-Postagem, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa CTIS Tecnologia S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de impressão e reprografia – parecer favorável à contratação, oriunda de adesão à Ata de Registro de Preços nº 277/2016 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, firmada por meio do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 23/2016, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa LM Biotecnologia Ltda., tendo como objeto a manutenção preventiva e corretiva em equipamentos médicos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 21 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 21 de julho de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 21/7/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem do deputado Elismar Prado, relativas aos meses de fevereiro e março de 2017. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, a serem prestados nas dependências da contratante e em seus anexos, com o fornecimento de materiais e equipamentos necessários – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo

contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Arper Informática Ltda. – EPP, tendo como objeto a prestação de serviço de suporte ao software BIG-IP F 5 – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 33/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16 de maio de 2017, o servidor Valtoires Josafá Dias dos Santos, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 7 de julho de 2017, a servidora Maria Silvia Pereira Lopes, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 24 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de julho de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 24/7/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Claro S.A., tendo como objeto a concessão de uso de um receptor de sinais de satélite – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Cemig Telecomunicações S.A., Cemig Telecom, tendo como objeto a prestação de serviços de conexão de dados – parecer favorável à redução de preços, em face da exclusão do ICMS, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo Ata de Registro de Preços a ser firmada entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Abba Empreiteira Ltda. ME, tendo como objeto a remoção, o fornecimento e o assentamento de piso vinílico – parecer favorável à assinatura da Ata de Registro de Preços nº 2/2017, resultante do Pregão Eletrônico nº 30/2017,

autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 25 de maio de 2017, a servidora Virgínia de Alvim Werneck, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 31 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 31 de julho de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 31/7/2017

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide aprovar o Relatório de Análise e Classificação de Bens Permanentes nº 3/2017, elaborado pela comissão especial criada pela Portaria do Diretor-Geral nº 8/2017. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.662/2017, a Mesa dispõe sobre a implementação do Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa no biênio de 1º de fevereiro de 2017 a 1º de fevereiro de 2019. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Rogério Correia processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Fundação Dom Cabral, tendo como objeto a prestação de serviço especializado de planejamento, customização e execução do Programa de Desenvolvimento Gerencial da Casa – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Ulysses Gomes referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Azul Papéis Eireli – EPP, tendo como objeto a aquisição de envelopes timbrados – parecer favorável à ampliação do valor do objeto em 6,06% (seis vírgula zero zeis por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Ágil Empreendimentos e Serviços Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços de atendimento telefônico e telemarketing receptivo e ativo – parecer favorável à revisão de preços em razão do reajuste das passagens de ônibus coletivo urbano e da Convenção Coletiva de Trabalho 2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência técnica a equipamentos profissionais de áudio e vídeo, com fornecimento de peças e componentes necessários aos reparos – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico 22/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de

Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Proteção Contra Incêndio Rival do Fogo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva no sistema de combate a incêndio da ALMG, constituído basicamente por extintores de incêndio, hidrantes e mangueiras de incêndio – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a LTA-RH Informática, Comércio e Representações Ltda., tendo como objeto a aquisição de uma unidade de backup do tipo biblioteca de fitas robotizadas (tape library) – parecer favorável à contratação, através de adesão à Ata de Registro de Preços nº 19/2016, da Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de Santa Catarina, oriunda o Pregão Eletrônico nº 39/2016, daquele órgão, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Funcional Comércio de Vidros e Produtos de Decoração Ltda. – ME, tendo como objeto o fornecimento com instalação de vidros – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 48/2017, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa MCI Tecnologia e Serviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações nas dependências da Contratante – parecer favorável à revisão de preços, conforme planilha que integra o termo, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Talentos Cinevídeo Eireli – EPP, tendo como objeto a prestação de serviços de operação de sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo para a Diretoria de Comunicação Institucional da Contratante – parecer favorável às seguintes alterações: revisão de preços decorrente de reajustes salariais oriundos da aplicação das Convenções Coletivas de Trabalho para as categorias de radialistas e jornalistas; pagamento de abono salarial; reforço de garantia a ser efetuado, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, e no *Diário Administrativo*, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 7 de agosto, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de agosto de 2017.

Adalclever Lopes, presidente – Lafayette de Andrada, 1º-vice-presidente – Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente – Inácio Franco, 3º-vice-presidente – Rogério Correia, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ACERTO DE CONTAS ENTRE MINAS E A UNIÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/11/2017

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tadeu Martins Leite, Durval Ângelo, Rogério Correia e Bonifácio Mourão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tadeu Martins Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e

a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.585/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada visita técnica ao Congresso Nacional, em Brasília-DF, para entregar o relatório final de impactos da Lei Kandir sobre o Estado de Minas Gerais à Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir e que seja entregue tal relatório também aos deputados federais da bancada de Minas Gerais, à presidente do STF, ao Presidente do TCU e ao Presidente do Senado Federal (emendado pelo deputado Durval Ângelo);

nº 10.676/2017, do deputado Tadeu Martins Leite e do deputado Rogério Correia, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio pelo Projeto de Lei Complementar, sugerido no Relatório Final da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir por apresentar metodologia de cálculo insatisfatória para ressarcir os estados e municípios das perdas líquidas provenientes da desoneração do ICMS decorrentes da Lei Complementar nº 87, de 1996 (Lei Kandir), além de propor um inadequado tributo incidente sobre a exportação – IE – de minério, de 30%. Requer, ainda, seja dada ciência dessa manifestação ao Senado Federal;

nº 10.677/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada visita ao Município de Viçosa, para participar de audiência pública a ser realizada pela câmara municipal sobre o acerto de contas.

É recebido pela presidência, submetido a votação e rejeitado o seguinte requerimento:

nº 10.675/2017, do deputado Bonifácio Mourão, em que requer seja discutido com o governo federal a redução de 13% para 9% da receita líquida real do limite de comprometimento do pagamento da dívida de Minas Gerais com a União, o que acarretaria numa economia de R\$1.000.000.000,00 ao ano para o Estado.

Em seguida, é aprovado relatório de visita a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, realizada em 16/10/2017, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2017.

Tadeu Martins Leite, presidente – Durval Ângelo – Cássio Soares – João Leite.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e União

Local visitado: Salão Nobre da Prefeitura de Belo Horizonte

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 10.339/2017, de autoria do deputado Rogério Correia, publicado no *Diário do Legislativo* em 9/11/2017, os deputados André Quintão, Durval Ângelo e Rogério Correia estiveram presentes no Salão Nobre da Prefeitura de Belo Horizonte, em 16/10/2017, para acompanhar a entrega do relatório final dos impactos da Lei Kandir no Município de Belo Horizonte, elaborado pela Comissão Especial de Estudo da Câmara Municipal.

Relato

A visita em relato foi realizada em atenção ao convite do governo de Minas, da Prefeitura e da Câmara Municipal de Belo Horizonte, com vistas a acompanhar a entrega do relatório final dos impactos da Lei Kandir no município. Tal documento foi elaborado pela Comissão Especial de Estudo sobre os Impactos e Desdobramentos da Aplicação da Lei Kandir, presidida pelo vereador Mateus Simões, cujos membros efetivos foram os vereadores Arnaldo Godoy, Cida Falabella, Dr. Nilton e Gilson Reis, este último na condição de relator.

Compuseram a mesa dos trabalhos o deputado Rogério Correia, 1º-secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, o governador do Estado, Fernando Pimentel, o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Henrique Braga, e o vereador Gilson Reis, relator da matéria. Também participaram do evento o secretário de Estado de Fazenda, José Afonso Bicalho, e vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

O vereador Gilson Reis apontou que a comissão trabalhou durante quatro meses por meio de oitivas de representantes de diversos setores, entre eles empresários, economistas e trabalhadores, e concluiu que Belo Horizonte teria direito a R\$4.000.000.000,00 com o acerto de contas com a União, valor com o qual, segundo o vereador, seria possível construir 1.300 postos de saúde, 800 Unidades Municipais de Educação Infantil – Umeis –, reformar hospitais, além de viabilizar dois rododanéis na Capital. Para a comissão, o melhor caminho para a obtenção do ressarcimento seria um debate nacional que promova um novo pacto federativo.

O deputado Rogério Correia, por sua vez, lembrou que o Legislativo mineiro também examina o tema e reforçou que a dívida da União com o Estado passa de R\$135.000.000.000,00. Ainda de acordo com o parlamentar, se for feito o acordo de, pelo menos, interromper o repasse mensal que é feito hoje, já seria uma conquista.

O governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel, ressaltou que os trabalhos dos legislativos municipal e estadual são oportunos. Para ele, o sucesso nessa negociação representaria uma ferramenta eficiente no enfrentamento da crise financeira do Estado, que foi muito prejudicado pela desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – nas exportações.

O prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, defendeu que seja feito um cronograma transparente do acerto de contas, para que a saúde e a educação recebam os recursos para os investimentos de que precisam.

Por fim, o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Henrique Braga, ressaltou a importância de se fazer o acerto de contas e de quanto essa medida representaria nas finanças municipais e estaduais. Ele destacou que é necessário pressionar o governo federal a legislar sobre a matéria, de modo a corrigir os desequilíbrios causados pela Lei Kandir.

Conclusão

A visita cumpriu sua finalidade que foi a de conhecer o relatório final da Comissão Especial de Estudo da Câmara Municipal sobre o acerto de contas, que endossa o trabalho da comissão especial desta Casa que trata do tema. Durante o evento ficou clara a necessidade de se regulamentar esse procedimento, o acerto de contas, haja vista o direito dos estados e municípios de serem devidamente compensados pelas perdas causadas pela desoneração do ICMS nas exportações.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2017.

Durval Ângelo, relator.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/11/2017

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antonio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Isaura Calais, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Logo em seguida, suspende a reunião para entendimentos. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença dos deputados Antonio Carlos Arantes, Gustavo Santana e Fabiano Tolentino. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.874/2015 na forma do

Substitutivo nº 1 (relator: deputado Gustavo Santana). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.973/2016 (relator: deputado Isauro Calais), 3.995/2017 (relator: deputado Antonio Carlos Arantes), 4.078/2017 (relator: deputado Isauro Calais), 4.099/2017 (relator: deputado Isauro Calais), 4.117/2017 (relator: deputado Isauro Calais) e 4.124/2017 (relator: deputado Emidinho Madeira). Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 9.253/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.566/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Cássio Soares, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências com vistas a reverter a política de compras públicas internacionais de leite, sobretudo do Uruguai, privilegiando as compras públicas do setor produtivo localizado no Estado;

nº 10.567/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Cássio Soares, em que requerem sejam encaminhadas ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Presidente da República e ao Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 26/10/2017;

nº 10.568/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Cássio Soares e Fabiano Tolentino, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas em relatório de todos os regimes especiais de tributação concedidos ao setor econômico da pecuária de leite;

nº 10.569/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas a suspender ou proibir, por meio de decreto, as compras públicas governamentais de leite reidratado de produtores localizados fora do Estado;

nº 10.570/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Cássio Soares e Fabiano Tolentino, em que requerem seja encaminhado aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores pedido de providências com vistas à exclusão do leite da lista de produtos com livre comércio entre os países do Mercosul e à fixação de cotas de importação do leite desses países; e ao encaminhamento à Organização Mundial do Comércio de pedido de investigação de suposta revenda ilegal de leite no Brasil por parte do Uruguai, por meio de compras realizadas na Argentina;

nº 10.666/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico para debater o cooperativismo de trabalho como instrumento de geração de trabalho e renda.

Em seguida, são aprovados os seguintes relatórios de visita:

1 – ao evento de valorização da cultura cafeeira promovido pela Faemg, na Praça Carlos Chagas (Praça da Assembleia), para a divulgação da Semana Internacional do Café, em 24 /5/2017;

2 – à 9ª Canacampo Tech Show, no Município de Campo Florido, para participar do maior evento mineiro do setor sucroenergético, em 10/8/2017;

3 – à Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Secretaria-Geral da Presidência da República, com sede em Brasília, em 13/9/2017;

4 – ao diretor-presidente da Agência Nacional das Águas – ANA –, em Brasília, em 14/9/2017, que seguem publicados após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente – Gustavo Santana.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Local visitado: Praça Carlos Chagas

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 8.286/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, a Comissão de Agropecuária e Agroindústria visitou, em 24/5/2017, a Praça Carlos Chagas, em evento que marcou o Dia Nacional do Café.

Estiveram presentes na visita os deputados Antônio Carlos Arantes e Gustavo Santana.

Relato

A visita teve a finalidade de acompanhar o evento de valorização da cultura cafeeira promovido pela Faemg, para a divulgação da Semana Internacional do Café, que acontecerá de 25 a 27 de outubro de 2017, no Expominas, em Belo Horizonte.

Segundo o diretor da Faemg, Breno Mesquita, “a feira vai possibilitar ao produtor entrar em contato direto com quem vai comprar e vender seu café no Brasil e no mundo”. Daí a importância de um evento dessa magnitude, que deve contar com a presença de cerca de 15 mil visitantes, entre produtores e compradores nacionais e internacionais. Também foi informado por Breno que “Minas ocupa destaque nacional, sendo que, na última safra, o Estado foi responsável por quase 60% da produção nacional”.

Os membros presentes da comissão destacaram a importância da produção de café para Minas Gerais, salientando que a produção deste grão está presente em mais de 600 municípios mineiros, representando a principal atividade econômica de cerca de 300 cidades, bem como os avanços tecnológicos que contribuíram para a descoberta dos diferentes grãos.

Os conteúdos expostos na oportunidade são essenciais ao processo de acúmulo de conhecimento e aprendizado, por parte da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, e justificam a presença da referida comissão, em razão de sua competência regimental, determinada pelo art. 102, IX, do Regimento Interno.

Conclusão

A visita atendeu aos princípios de conveniência e oportunidade, propiciando o crescimento da curva de aprendizado da Comissão de Agropecuária e Agroindústria acerca dos temas relativos a sua abrangência e sua consequente aplicação no aperfeiçoamento da legislação sobre as políticas públicas afetas. Cabe a esta comissão continuar acompanhando o tema, tendo em vista sua estrita competência regimental.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2017.

Antônio Carlos Arantes, relator.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Local visitado: 9ª edição da feira Canacampo Tech Show, em Campo Florido****Apresentação**

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 8.611/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, a Comissão de Agropecuária e Agroindústria visitou, no dia 10/8/2017, a Feira Canacampo Tech Show, realizada em Campo Florido.

Os deputados Antonio Carlos Arantes, Felipe Attiê e Tony Carlos estiveram presentes.

Relato

A Feira Canacampo Tech Show apresentou as mais recentes tecnologias, produtos e serviços voltados para o setor sucroenergético e reuniu a cadeia produtiva nacional do segmento sucroalcooleiro. Contando com aproximadamente 60 expositores, teve o objetivo de promover o desenvolvimento do setor e apresentar aos visitantes inovações tecnológicas em produtos e serviços.

O evento concentrou-se nas temáticas da produção sucroalcooleira e de energia renovável a partir de biomassa. Entre os expositores relevantes, destacaram-se aqueles atuantes nos segmentos de fabricação, fornecimento e serviços, além de representantes de empreendimentos nas áreas de engenharia e suprimentos para a cadeia produtiva sucroenergética, de fertilizantes e melhoramentos genéticos de sementes, de profissionais de integração de sistemas, de institutos de pesquisa, e fabricantes de equipamentos e materiais de sistemas de produção de açúcar e álcool.

Durante a feira, foram realizadas duas séries de palestras, nas quais especialistas discutiram estudos de casos, estruturas de financiamento, tecnologias, pesquisa e inovação envolvendo a cadeia produtiva dos setores mencionados. Entre os temas relevantes conferenciados, destacaram-se exposições sobre custos de produção, tecnologias para uma nova canavicultura, mercado do setor sucroenergético, gestão de negócios e empreendedorismo.

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria entregou à Associação dos Fornecedores de Cana da Região de Campo Florido manifestação de congratulações por relevantes serviços prestados aos setores econômicos do açúcar, do álcool e da biomassa.

Os conteúdos expostos na oportunidade são essenciais ao processo de acúmulo de conhecimento e aprendizado, por parte da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, sobre a temática da cadeia produtiva sucroenergética, e justificam a presença da referida comissão em razão de sua competência regimental, determinada pelo art. 102, IX, do Regimento Interno.

Conclusão

A visita atendeu aos princípios de conveniência e oportunidade, propiciando o crescimento da curva de aprendizado da Comissão de Agropecuária e Agroindústria acerca dos temas relativos às inovações tecnológicas da cadeia produtiva sucroenergética e sua consequente aplicação no aperfeiçoamento da legislação sobre as políticas públicas afetas. Cabe a esta comissão continuar acompanhando o tema, tendo em vista sua estrita competência regimental.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2017.

Antonio Carlos Arantes, relator.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Local visitado: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília****Apresentação**

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 9.738, de 2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, a Comissão de Agropecuária e Agroindústria visitou, no dia 13/9/2017, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa – com o objetivo de conhecer os detalhes do projeto de privatização das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais – CeasaMinas – e da Companhia de Armazéns e Silos do Estado – Casemg –, bem como conhecer os estudos técnicos realizados pelo BNDES que fundamentam a modelo de privatização dessas duas empresas.

Além do deputado Antonio Carlos Arantes, estiveram presentes os Srs. Neri Geller e José Rodrigues Dória, respectivamente, secretário de Política Agrícola e secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo do Mapa, além de representantes da Cooperativa dos Produtores de Hortifrutigranjeiros do Estado de Minas Gerais – Coophemg – e da Associação Recreativa e Beneficente dos Empregados da CeasaMinas – Arbece.

Relato

O projeto de privatização da CeasaMinas e da Casemg tem gerado especulações e insegurança, principalmente aos produtores rurais e aos funcionários das duas companhias, uma vez que o governo federal não informou o modelo que será adotado nesse processo. Com o objetivo de obter mais detalhes sobre o assunto, a Comissão de Agropecuária e Agroindústria visitou o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília.

Nesse semestre, a comissão já debateu a privatização da Ceasa por duas vezes. Na primeira oportunidade, o presidente da Ceasa negou enfaticamente a possibilidade de privatização. Na segunda audiência pública, ocorrida no último dia 4 de setembro, e já com a informação oficial da privatização divulgada pelo governo federal, o presidente da Ceasa afirmou que foi surpreendido pela notícia e levantou sérios problemas para a efetivação da venda da companhia. Entre eles, está o fato de que, conforme consta na sua escritura, a CeasaMinas ainda pertence ao Estado de Minas Gerais, uma vez que o processo de venda dessa companhia à União, iniciada pelo governador Itamar Franco, ainda não foi concluído.

Durante a visita ao ministério, o deputado Antonio Carlos Arantes assegurou que não tem posição firmada em relação à privatização. Acrescentou que a comissão quer discutir mais aprofundadamente a questão e que serão necessários o envolvimento e a participação das associações de funcionários das companhias e da cooperativa de produtores de hortifrutigranjeiros do Estado nesse processo. O secretário de Política Agrícola, Neri Geller, propôs uma reunião entre os representantes do setor e o governo federal, com a participação do ministro da Agricultura, Blairo Maggi. Segundo o secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, José Dória, que também é presidente do Conselho de Administração da CeasaMinas, a privatização das duas companhias ainda é um projeto-piloto, sem definições, que será construído aos poucos. “Vai haver um estudo para colher informações que nos auxiliem a escolher o melhor modelo de privatização”, afirmou ao final.

Conclusão

A visita cumpriu sua finalidade, que foi a de buscar maiores esclarecimentos a respeito de como se dará o processo de privatização da Ceasa e da Casemg; contudo, verificou-se que o projeto está ainda em fase inicial e que existem muitas indefinições sobre ele por parte do governo federal. Cabe à Comissão de Agropecuária e Agroindústria continuar debatendo essa questão até que todos os pontos estejam esclarecidos e não haja prejuízo aos produtores rurais e aos funcionários das duas companhias.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2017.

Antonio Carlos Arantes, relator.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Local visitado: Agência Nacional das Águas – ANA – Brasília-DF

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 9.538, de 2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, a Comissão de Agropecuária e Agroindústria visitou, no dia 14/9/2017, a Agência Nacional de Águas – ANA –, com o objetivo de discutir o licenciamento ambiental da piscicultura, especialmente das atividades localizadas nos reservatórios de Furnas e Três Marias, de competência da União, que dependem da concessão de outorga para a formalização do respectivo processo de licenciamento no Estado e regularização federal, processos esses que estão parados devido à preferência dada por esse órgão ao atendimento das demandas dos parques aquícolas.

Estiveram presentes o deputado Antonio Carlos Arantes, e os Srs. Dayvson Franklin, secretário Nacional de Aquicultura e Pesca do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDCI; Vicente Andreu Guillo, diretor-presidente da ANA; Valtin Quintino da Rocha, presidente da Federação dos Pescadores e Aquicultores de Minas Gerais; e Danilo Luiz de Queiroz, representante da Piscicultura Terra e Lago Consultoria Rural e Meio Ambiente, de Carmo do Rio Claro.

Relato

Para o Estado de Minas Gerais processar o licenciamento ambiental para a piscicultura, em particular para as atividades realizadas em reservatórios onde as águas são de propriedade da União, como os Lagos de Furnas e Três Marias, há necessidade prévia de concessão de outorga do uso da água pela ANA. Essa concessão, porém, está praticamente paralisada pelo fato de que a União estaria privilegiando o atendimento aos parques aquícolas. Os produtores se queixaram à comissão que tal fato tem gerado grande informalidade e risco de punição pelos órgãos de fiscalização.

O presidente da ANA informou que a agência está disposta a ajudar, por meio das revisões das outorgas, para reduzir os problemas atuais. Esclareceu, ainda, que os pedidos de outorga partem do MDCI, e que é necessário que o ministério e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável façam estudos técnicos e definam em quais locais elas devem ser mantidas ou suspensas.

Na mesma data, o deputado Antonio Carlos Arantes reuniu-se com o diretor da Secretaria de Aquicultura e Pesca do mesmo ministério, junto com representantes da Semad e de associações de piscicultores, quando ficou decidido que serão revistos os processos de licenciamento dos parques aquícolas e apresentados os resultados dessa análise em breve.

Conclusão

A visita cumpriu sua finalidade, que foi a de manifestar perante o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca, a Agência Nacional de Águas e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a preocupação da Comissão de Agropecuária e Agroindústria com a paralisação da concessão de outorga em cursos de água federais, o que tem prejudicado piscicultores que atuam nos reservatórios de Furnas e Três Marias, que assim são colocados na informalidade. Os órgãos envolvidos se comprometeram a rever e agilizar os processos com o objetivo de resolver o problema.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2017.

Antonio Carlos Arantes, relator.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/11/2017

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado João Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, ouvir os convocados Maj. PM Renato Salgado Cintra Gil, comandante da 6ª Companhia do 1º Batalhão de Polícia Militar, e o Ten.-Cel. PM Eduardo Felisberto Alves, comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, sobre as irregularidades verificadas durante visita à companhia em 24/10/2017, tais como escala de trabalho irregular, ambiente insalubre e desvio de função, entre outros. A matéria constante na 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), deixa de ser apreciada por falta de quórum. Devido à ausência dos convidados, o presidente encerra a reunião, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – Coronel Piccinini.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 95ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/11/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 2.457/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à diretora do Detran-MG pedido de informações sobre a regulamentação e fiscalização dos valores cobrados pela alienação de placas automotivas no Estado, tendo em vista as notáveis diferenças de valores praticados no mercado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.830/2016, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a existência de convênio com o Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção – Censa –, localizado em Betim, bem como sobre o repasse de recursos financeiros nos anos de 2015 e 2016, caso exista a parceria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.529/2016, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – e ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações sobre as queimadas nos parques e áreas de preservação e as providências que estão sendo tomadas para conter a devastação causada pelo fogo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 46/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcelo Fernandes Siqueira para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 47/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Tarcísio Dayrell Neiva para o cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 48/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Girlaine Figueiró Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 49/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 50/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria da Glória Ferreira Giudice para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 51/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 53/2017, feita pelo governador do Estado, do Sr. Gustavo Henrique Escobar Guimaraes para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.484, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2, "g", 37, 43, 88, 93, "b" e "c", e 102 e pela rejeição do veto ao item 93, "i", todos do Anexo I da proposição de lei.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2017, do deputado Cássio Soares, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.702, de 4/8/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alpinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 21/11/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.159/2017, do deputado Roberto Andrade.

Requerimentos nºs 8.536, 8.538, 8.549 a 8.555, 8.559, 8.596, 8.614 a 8.619, 8.621, 8.630, 8.631, 8.633 a 8.635, 8.661 a 8.663, 8.669, 8.670, 8.758, 8.759, 8.821, 8.851 a 8.855, 8.874, 8.875 e 8.907 a 8.918/2017, do deputado Cabo Júlio; 8.560/2017, do deputado Ulysses Gomes; 9.192 e 9.193/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 9.228/2017, da Comissão de Meio Ambiente; 9.260/2017, do deputado Duarte Bechir; e 9.298/2017, da Comissão de Administração Pública

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o cumprimento da Lei de Execução Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, considerando-se as ameaças e as condições de trabalho dos agentes penitenciários e socioeducativos no cumprimento de sua missão constitucional.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 21/11/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.449/2016, do deputado Antônio Jorge.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 9.270 a 9.272/2017, do deputado Leonídio Bouças; 9.273/2017, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e 9.341 a 9.344/2017, do deputado Anselmo José Domingos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/11/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.034/2017, do deputado Léo Portela; 3.926/2016, do deputado Noraldino Júnior.

Requerimentos nºs 9.157/2017, do deputado Bosco; 9.177, 9.178, 9.179, 9.180, 9.181 e 9.182/2017, do deputado Ulysses Gomes; 9.275/2017, do deputado Thiago Cota; 9.294/2017, do deputado Gil Pereira; 9.296/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes; 9.322/2017, do deputado Inácio Franco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 21/11/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 21/11/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 21/11/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 21/11/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.607/2016, do deputado Fábio Avelar Oliveira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 21/11/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 22/11/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/11/2017, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.562/2016, do deputado Rogério Correia, de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.895/2016, do deputado Elismar Prado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 54/2017, de Vera Maria Neves Viçter Ananias para o Cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados André Quintão, Durval Ângelo e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/11/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2017.

Hely Tarquínio, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 55/2017, de Luiza Moreira Arantes de Castro para o Cargo de Presidente da Fundação TV Minas – Cultural e Educativa**

Nos termos regimentais, convoco os deputados André Quintão, Durval Ângelo, João Vítor Xavier e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/11/2017, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2017.

Hely Tarquínio, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Rosângela Reis e os deputados Elismar Prado, Carlos Pimenta e Gláycion Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/11/2017, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater e apresentar ações de valorização e divulgação do patrimônio cultural vinculado ao barroco mineiro, à obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e aos demais expoentes desse estilo em Minas Gerais, em homenagem ao Dia do Barroco, instituído pela Lei nº 20.470, de 26/11/2012; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2017.

Bosco, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Cássio Soares, Felipe Attiê e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 24/11/2017, às 10 horas, na Câmara Municipal de Viçosa, com a finalidade de participar de audiência pública sobre o acerto de contas entre Minas e a União.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2017.

Tadeu Martins Leite, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.356/2017****Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado Ivair Nogueira, o projeto em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Barreiro/Grilo, com sede no Município de Capelinha, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.356/2017 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Barreiro/Grilo, com sede no Município de Capelinha.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, desenvolver trabalhos na área da agricultura e da pecuária, visando à melhoria da qualidade de vida de seus associados, de suas famílias e de outros moradores da comunidade, sempre levando em consideração a preservação do meio ambiente; buscar melhorias nas condições de saúde, alimentação, saneamento, educação, lazer e cultura locais; e firmar convênios com órgãos e entidades detentoras de recursos específicos para a manutenção das estruturas existentes na localidade.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Barreiro/Grilo, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.356/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2017.

Gustavo Santana, relator.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

DISCURSOS PROFERIDOS NA 94ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/11/2017

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia, a assessoria da Mesa, de forma muito eficiente, acabou de me entregar a cópia dos ofícios que foram despachados pelo 1º-secretário. Ainda estou aguardando a cópia do requerimento da Comissão de Administração Pública, e, enquanto ela não chega, posso contextualizar.

Deputados Antônio Jorge e Arlen Santiago, aprovamos um requerimento na Comissão de Administração Pública, para que seja enviado ao glorioso Ministério Público Estadual e à nossa combativa Defensoria Pública pedido para que eles possam se mover e dar andamento à propositura de uma ação civil pública com o intuito de requerer o fim do parcelamento dos salários e também da revisão geral anual, porque já passamos por três datas-bases, deputado Antônio Jorge, em 1º de outubro. E o governo, deputado Antônio Jorge, continua inerte, continua absolutamente calado, não coloca em dia o pagamento no quinto dia útil e não toma providência em acenar para os 157 mil servidores públicos, os mesmos que estão parcelados, que também não veem uma luz no fim do túnel.

O ofício foi despachado, e está aqui em minhas mãos o Ofício nº 2.527, com o mesmo teor, encaminhado à Dra. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado, e ao Dr. Antônio Sérgio Tonet, procurador-geral de justiça do Estado, solicitando a propositura de uma ação civil pública. Já fizemos, apenas no ano de 2016, seis mobilizações com passeatas pelo centro da cidade, da Praça da Liberdade até a Praça da Assembleia, e o governo continua absolutamente inerte. É impressionante como o governo se calou. Mas não foi isso que ouvimos nas suas promessas. Já tive a oportunidade aqui de exibir vídeos.

Deputado João Leite, estou comentando que os ofícios foram despachados pela Mesa da Assembleia, contendo aquele ofício que V. Exa. acompanhava, quando da votação do reajuste da Defensoria Pública. Os ofícios saíram para a Defensoria Pública e também para o procurador-geral de justiça, e têm o seguinte pedido: “Requer seja encaminhado à Defensoria Pública do Estado e ao Ministério Público do Estado pedido de providências para que seja analisada a viabilidade e o ajuizamento de ação civil pública em favor dos mais de 157.000 servidores públicos estaduais, que estão com os salários atrasados há mais de um ano, bem como para garantir a concessão da data-base, constitucionalmente assegurada a tais servidores pelo art. 37, inciso X, da Constituição Federal e pelo art. 24 da Constituição do Estado, acrescidos do art. 7º da Lei nº 19.973 de 2011, lei estadual.

Vamos ver, agora, qual será a resposta do Ministério Público e da Defensoria Pública, porque, para eles e para os seus servidores, os reajustes já aconteceram. Deputado Dalmo, os Ministérios Públicos, os servidores do Legislativo, os servidores do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça já obtiveram a revisão geral anual.

Agora, a Defensoria Pública mandou para a Assembleia, deputado Dalmo Ribeiro Silva, um pedido de reposição da perda de inflação, de 8,84%. Fiz uma observação na comissão, e V. Exa. também deve dar atenção quando esse projeto chegar ao Plenário, porque lá eles não pediram para os servidores da Defensoria Pública, pediram para os servidores e para os defensores.

É algo meio híbrido esse reajuste, é diferente: os deputados não obtiveram reajuste, quem obteve foram os servidores; os promotores e juízes não obtiveram reajuste, quem obteve foram os servidores; e assim também com os conselheiros do Tribunal de Contas, juízes e desembargadores. Quem obteve reajuste, reposição da perda inflacionária foram os servidores.

E agora, deputado Dalmo, está consolidado aqui: o 1º-secretário da Mesa encaminhou ao procurador-geral de Justiça e à defensora pública solicitação da viabilidade de propositura de ação civil pública em desfavor do governador Fernando Pimentel, para que ele venha cumprir suas promessas de campanha. No vídeo que exibimos na Comissão de Segurança Pública, por dezenas de vezes, ele diz que segurança pública é dever do Estado; que não adianta o governo do Estado empurrar com a barriga para o município ou para a União; que segurança pública em Minas Gerais tem solução. O governo tem de sair do gabinete onde se encontra trancado, com ar-condicionado para tomar providências. Ele disse que equiparia, requalificaria e colocaria *tablets* nas viaturas. Primeiro, ele tem de comprar as viaturas. Como vai colocar *tablets* nas viaturas se não tem viatura? O governo não comprou nem as viaturas, como vai colocar *tablets*? E ele continua na sua fala: equipar, remunerar. Uma falácia!

Eu e meus assessores já visitamos mais de 300 municípios, com a equipe de gabinete itinerante. A Polícia Civil e a Polícia Militar estão sucateadas. O Corpo de Bombeiros, o sistema prisional, todas as áreas da segurança pública em Minas Gerais estão sucateadas. Faltam coletes à prova de balas, há coletes vencidos, munições vencidas, viaturas em péssimo estado. Não tem viatura para os agentes do sistema prisional retirarem o traficante preso em flagrante e levá-lo à presença da juíza, para audiência de instrução e julgamento. A Dra. Andréa, da Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, mandou soltar um preso, deputado Dalmo, que militou muito tempo na área do direito. O prazo processual venceu e ela foi obrigada a colocar o traficante na rua.

Vocês, que pagam seus impostos, sabem por que a juíza da Vara de Tóxicos colocou o traficante na rua? Porque o governador Fernando Pimentel desviou o dinheiro da compra das viaturas e está gastando com fretamento de voos na empresa Líder Táxi Aéreo; porque gastou R\$100.000.000,00 com propaganda oficial. Disse que assumiu um governo com R\$7.000.000.000,00 de dívidas do governo tucano, como dizem, mas gasta R\$100.000.000,00 só com propaganda oficial. Em vez de cortar, como qualquer cidadão faz no seu orçamento doméstico, do mais supérfluo para o mais necessário dentro das despesas, o que ele fez? Criou seis secretarias, centenas de cargos comissionados; abrigou a companheirada que perdeu eleição em São Paulo para o prefeito Dória – lá perdeu em 1º turno, um banho. Os paulistas que perderam os cargos na prefeitura com a saída do Haddad estão aqui na Cidade Administrativa. Os servidores públicos do governo do Rio Grande do Sul, que o PT quebrou, estão aqui na Cidade Administrativa. Com a cassação da presidente Dilma, eles perderam o governo central, e estão aqui.

A Cemig está sendo esfacelada. A saúde está esfacelada. A educação não repassa o dinheiro da merenda nem do transporte escolar, mas o governo torra R\$100.000.000,00 com propaganda oficial. O jeito PT de governar. Que jeito bonito, que jeito maravilhoso de governar!

A chamada esquerda caviar não tem dinheiro para a merenda escolar, mas o jornal *O Tempo*, deputados Dalmo Ribeiro Silva e João Leite, publicou um gasto de R\$900.000,00 para abastecer a despensa dos Palácios das Mangabeiras e da Liberdade. Mas é para coisa boba, porque o governador Fernando Pimentel é um homem muito simples, simplório até, deputado Antônio Jorge: é para salmão, lagosta, camarão GGG, cerveja belga e vinho chileno. Tudo isso está na composição dos R\$900.000,00 que Fernando Pimentel, do PT, da esquerda caviar, cobra para abastecer os palácios.

Enquanto isso, o aluno da escola pública continua sem merenda escolar. Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental estudei na Escola Estadual Geraldo Jardim Linhares, que fica no Bairro Madre Gertrudes, ao lado do Bairro Cabana, a qual fiz questão de visitar, já no exercício de mandato, para conversar com a diretora e me inteirar da situação. Por isso, posso falar: para a merenda escolar daquelas crianças e adolescentes mais humildes, da periferia, não há dinheiro. O Pimentel não repassou o dinheiro da merenda escolar para as turmas de tempo integral, mas tem R\$900.000,00 para gastar com salmão, lagosta, camarão, cerveja belga e vinhos chilenos e argentinos. Também tem R\$100.000.000,00 para gastar com a propaganda oficial. Você que nos assiste, abra um jornal como *O Tempo*, *Hoje em Dia*: apenas uma publicação de meia página nesses jornais custa R\$50.000,00. Mas não é só nesses que vemos a propaganda oficial: a Rádio Itatiaia, a CBN, a Rede Globo, a Bandeirantes, a Record, a Rede TV, todas levam o seu quinhão com a propaganda oficial.

Iniciei uma pós-graduação em gestão pública, na Fundação João Pinheiro, deputado Arlen Santiago, e ontem, ao debater o filme *Enron: os mais espertos da sala*, o governo do PT não saía da minha cabeça. O filme trata de uma grande empresa norte-americana que quebrou em 2001, com quase 30 mil funcionários. Sabem como eram feitos os balancetes da contabilidade, deputado Arlen Santiago? Faziam igualzinho o PT faz em Minas Gerais: um estelionato profissional. Eles lançavam nos balancetes de suas contabilidades ganhos futuros, ganhos que não existiam. Ai, deputado, gastavam, gastavam, gastavam... Depois V. Exa. poderá se inteirar mais desse caso, que chocou os Estados Unidos: *Enron: os mais espertos da sala*. Aqui, o governo Pimentel parece que copiou igualzinho: frauda o orçamento, fala que não tem dinheiro, mas gasta R\$100.000.000,00 com a propaganda oficial e R\$900.000,00 com camarão e cerveja. Ele gasta, deputado Arlen Santiago, de forma vergonhosa, para cobrir a farra dos fóruns regionais. Aprenderam com o filme, fraudando os balancetes, deputado João Leite, e lançando ganhos futuros.

Essa é a contabilidade do governo do PT em Minas, um governo estelionatário, que não tem transparência e não fornece sequer os dados dos voos, deputado Arlen Santiago. Já ganhei dois mandados de segurança, mas infelizmente, deputado, a gente ganha na 1ª instância, mas a revisão cai na mão do presidente do Tribunal, que tem muito mais ato político do que de juiz. Até porque não há o que discutir, já que o art. 37 determina a publicidade e a transparência e há a lei de acesso à informação. Não há o que discutir.

Este é o jeito PT de governar: um estelionato no orçamento e nas políticas públicas e um esfacelamento do planejamento. Tudo está desmoronando. Há somente uma área, deputado, na qual o nosso colega deputado Antonio Carlos Arantes disse que estão brilhando – e tive de concordar: a publicidade oficial; R\$100.000.000,00, gastando e torrando o dinheiro público.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes* – Sr. Presidente, deputadas e deputados, quero cumprimentar o público das galerias e saudar, de forma muito especial, todos os mineiros e todas as mineiras que nos acompanham pela TV Assembleia em diversas cidades de Minas Gerais.

Antes de adentrar no tema sobre o qual vim falar hoje, quero fazer uma defesa do nosso governo e partido, que foi atacado aqui, de forma injusta, pelo colega Sargento Rodrigues ao afirmar que o governo Pimentel gasta absurdos em publicidade. Só gostaria de lembrar e pedir ao deputado que olhe no Tribunal de Contas do Estado o que gastavam os governos Aécio e Anastasia em publicidade. V. Exa. constatará que o Aécio – esse sim – torrava os recursos de Minas Gerais com publicidade no País inteiro, inclusive, para disseminar uma mentira de que Minas tinha déficit zero, de que Minas tinha recursos sobrando e de que Minas não devia nada, sendo que entregaram este estado com uma dívida impagável de quase R\$100.000.000.000,00.

Essa é a realidade. Portanto, queria deixar isso e também fazer outro desafio ao colega Sargento Rodrigues.

O colega disse no início de sua fala que no governo do Estado estão os petistas de vários outros estados onde o PT deixou de governar: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, enfim, são vários estados dos quais V. Exa. falou. Então, queria desafiar-lo a apontar nominalmente, para mim e para esta Casa, quem são esses petistas de outros estados empregados no governo do Estado,

porque eu mesmo farei o favor de vir à tribuna solicitar a dispensa deles, já que não os conheço. Fica uma versão, às vezes, uma mentira contada várias vezes e, se alguém não retruca e desafia, fica parecendo verdade. Então, que fique registrado isso aqui.

Mas a minha vinda a esta tribuna aqui hoje tem um outro objetivo, o de trazer a discussão de um assunto muito importante para a pauta desta Casa, para que os 77 parlamentares desta conceituada Assembleia Legislativa de Minas Gerais possam aqui discutir o futuro do povo de Minas Gerais, especialmente das cidades mais pobres de Minas, que estão em várias regiões do Estado, mas com destaque para o Norte, para o Jequitinhonha, para o Mucuri, para o Rio Doce e várias outras regiões que têm bolsões de pobreza devido às incorreções, aos erros históricos da nossa legislação, que, ao distribuir o ICMS em Minas Gerais, em um processo histórico, vem promovendo, Doutor Jean Freire, as desigualdades em nosso Estado.

Falo aqui da tão famosa Lei Robin Hood, criada com uma boa intenção, na época, ainda do governo Eduardo Azeredo, porque as distorções ainda eram maiores. A lei foi criada no sentido de diminuir as diferenças que existiam na arrecadação e no repasse do ICMS, na cota que o Estado e esta Casa Legislativa podem legislar. E aí foi criada a Lei Robin Hood. Mas, com o passar do tempo, ela recebeu várias modificações desta Casa, as quais ampliaram as distorções e as desigualdades. Isso é para V. Exa. ter ideia, deputado Arlen Santiago, V. Exa., que é do Norte de Minas e conhece tanto quanto eu a realidade, as diferenças que existem em nossa região.

Vamos falar aqui do Município de Januária, onde temos os maiores parques ambientais no Estado. Lá está a APA Pandeiros, o maior berçário de reprodução de peixes do Rio São Francisco, um santuário de nossa região. Lá está o Cochá e Gibão, que é uma das maiores unidades de conservação de nosso estado. Lá está o Cavernas do Peruaçu. Há muitos parques naquela região, quase 1.000.000ha. E, pela Lei Robin Hood e pelas regras atuais, uma árvore no parque, em Januária, vale 4 mil vezes menos que uma árvore nascida em um parque em Belo Horizonte ou em regiões ricas do Estado. Então, isso não pode ser chamado de Lei Robin Hood. Se for chamado, estaremos sujando a barra do Robin Hood, porque aqui, na formatação que a lei está, a cada dia ela agrava a pobreza, concentra a riqueza nas mãos de poucos e impõe a Minas Gerais distorções históricas de um Estado que é rico e, ao mesmo tempo, tem regiões muito mais pobres que municípios do Piauí e estados muito mais pobres da Federação.

É por isso que estamos apresentando, na Casa, o Projeto de Lei nº 4.773/2017, que vem depois de vários estudos que fizemos, desde quando estive aqui nos mandatos anteriores, e depois, como secretário de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas, e agora voltando à Casa como presidente da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia.

Quero agradecer aos técnicos desta Casa, que nos ajudaram a formatar esse projeto de lei; aos técnicos das comissões; ao Júlio, ao Humberto e a tantos outros, que deram várias contribuições para que chegássemos ao texto final que estamos apresentando, na forma do Projeto de Lei nº 4.773/2017. Aqui estamos fazendo uma forma menos drástica de apresentar e de corrigir essas distorções que existem na distribuição do ICMS em Minas Gerais. Estamos pegando os 25% sobre os quais esta Casa tem o poder de legislar e fazendo a seguinte correção: primeiro, os municípios não terão perda nominal de um ano para outro, ou seja, está garantido que, assim que o projeto de lei for aprovado, ninguém perderá, nominalmente, de um ano para outro. A partir dessa lei aprovada, a cada ano que houver aumento na arrecadação, esse aumento será redistribuído de forma justa, observando quantos habitantes há em cada município e qual a renda *per capita* de cada município. E aí vamos ajustando essas diferenças históricas, de forma que, a partir de 2034, nenhum município mineiro esteja recebendo menos do que 70% do mínimo *per capita*.

O mínimo *per capita* no Estado, se pegássemos todas as riquezas e redistribuíssemos igualmente pelo número de habitantes, daria algo em torno de R\$395,00 por habitante. Mas não é isso que acontece. Há municípios, presidente, recebendo menos de R\$100,00 *per capita*, e outros municípios recebendo R\$10.000,00 *per capita*. Ou seja, é como se o cidadão que nasce num município fosse mais importante do que outro. Ou seja, na legislação atual há mineiros mais importantes e mineiros menos importantes. Principalmente os geraizeiros, que nascem na parte das Gerais. Esses, com certeza, sempre são menos importantes, porque a maioria dos seus municípios recebem menos do ICMS.

É por isso que estamos apresentando esse projeto aqui na Casa. Para fazer uma discussão serena; para discutir com todos os parlamentares, com todas as regiões. Temos que, de fato, ter orgulho de ser de Minas Gerais e dizer que somos todos mineiros, porque há mineiros que não são tratados como mineiros quando se fala em repartição de recursos. É por isso que, ao apresentar esse projeto de lei, vou conversar com cada um dos 77 deputados desta Casa. Vou visitar gabinete por gabinete; vou distribuir, a partir de hoje, os avulsos do projeto para todos os parlamentares, para fazermos uma discussão serena nesta Casa. E que, ainda neste ano, possamos discutir nas comissões e aprovar no Plenário essas medidas tão importantes, para que, a partir de 2018, comecemos a regularizar essas distorções históricas na redistribuição das riquezas de Minas Gerais!

Se todos os parlamentares tirarem um tempinho para analisar o projeto e fazer uma discussão serena, com certeza podemos aprovar esse projeto aqui, com o apoio de todos. Porque ele não tira de ninguém, só faz justiça para aqueles que historicamente ficaram à margem da arrecadação em Minas Gerais.

Então, para que a gente possa corrigir as diferenças; para que a gente possa construir um estado mais igualitário e mais humano, onde haja saúde, educação e transporte de qualidade em todos os seus cantos; para que a pessoa que nasce em São João das Missões ou em Extrema, no Sul de Minas, tenha orgulho de dizer que nasceu no Estado de Minas Gerais; que o Estado de Minas Gerais cuide igualmente do seu povo. Independentemente da região em que nascemos e vivemos, somos todos mineiros.

Portanto, esta é a mensagem que trago hoje: peço, encarecidamente, a todos os parlamentares desta Casa celeridade na tramitação dessa proposta e, depois da sua tramitação nesta Casa, apoio do governador Fernando Pimentel, sancionando o projeto, para que, a partir de 2018, possamos dar aos municípios condições de sonhar com dias melhores, com uma arrecadação mais justa, a fim de que possam cuidar dos seus problemas e dos problemas que todos os municípios enfrentam hoje, principalmente os mais pobres, que sobrevivem apenas do repasse do FPM e do pouco repasse de ICMS, e ainda são logrados nessa distribuição atual, que só visa amparar os mais ricos, deixando os mais pobres à margem da lei. Então, estamos aqui com essa proposta para corrigir, historicamente, esses erros, fazer justiça social e fazer com que todos os mineiros, seja do Norte de Minas, seja dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, seja do Rio Doce, seja do Sul, seja do Triângulo, seja de qualquer outra região do Estado, possam ter orgulho de fazer parte de um estado que cuida igualmente do seu povo. Essa é a proposta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Arlen Santiago* – Sr. Presidente, Srs. telespectadores da TV Assembleia, boa tarde. Um feliz feriado a todos, amanhã, dia 15 de novembro, neste país que tem tantos feriados.

Queria começar colocando o seguinte: estamos vendo o governo de Minas Gerais, o governador Pimentel, do PT, e seu secretário de Planejamento, Helvécio Magalhães, preparando um orçamento para 2018 em que o déficit será aumentado. Quer dizer, eles já dizem que não dão conta de administrar Minas Gerais, de se organizarem como a dona de casa, como o trabalhador comum, como o funcionário público, que têm um ganho e têm de se adequar a ele. Não, o governo de Minas, o governo do PT não tem como se adequar. Ele quer continuar gastando naquilo que não precisa gastar, como R\$100.000.000,00 em publicidade, fretamento de aeronaves escondido da população, porque não podemos saber quem andou nem para onde vão os aviões do governo, que estão para cá e para lá. E olhem que a arrecadação maior de Minas Gerais, o ICMS, aumentou 11,35%, enquanto a inflação foi de 2% e pouco. Mesmo aumentando a arrecadação acima da inflação em quase 8%, eles ainda preveem que vão aumentar o déficit, chegando a quase R\$9.000.000.000,00. E déficit de quê?

Primeiro, não podem dar aumento ao funcionalismo público. Para isso, há um limite prudencial. Não pode, não tem jeito.

Os concursados da Saúde, que estão sendo substituídos por terceirizados da MGS, estão numa luta. Estudaram e passaram no concurso, e o que o PT dizia? Precisamos dos concursados. Mas o que o PT faz quando está no governo? Não vamos pegar os concursados da Saúde e não vamos lhes dar o direito de ter passado no concurso e tomar posse. Já fizemos inúmeras audiências públicas. Aí tem limite prudencial. Aí tem dificuldade.

Ontem fizemos uma homenagem aqui para os funcionários dos hospitais públicos estaduais e o sindicato da categoria, a Asthemg. Não há possibilidade de reposição. Não podem comprar medicamento adequado. Não podem consertar os aparelhos dos prontos-socorros do Júlia Kubitschek e do Alberto Cavalcanti. Este governo do PT queria fechar a urgência pediátrica do Centro Geral de Pediatria do Hospital João Paulo II. Não fechou porque fomos para lá, fizemos piquete, junto com a Asthemg, com a Mônica, com o conselho de mães e com a Marília. Aí conseguimos dar um jeito de o governo voltar atrás e não fazer essa maldade com as criancinhas de Minas Gerais. Essas pessoas estão sem previsão. Não se fala mais em reposição. Vemos que a Asthemg continua na luta, porém a maioria dos outros sindicatos sumiu, sindicatos que gastavam uma fábula com *outdoor*, sindicatos que gastavam uma fábula na televisão para ter reposição. E as greves? Qualquer coisa era greve por salário, que era pago em dia. Não é igual a hoje, que ninguém fala nem se haverá 13º salário. Tomara que o governador dê um jeito, porque está rapando tudo.

Estou sabendo, por exemplo, que os hospitais de Belo Horizonte não têm como pagar a folha de pagamento de novembro. Não há nenhuma perspectiva de pagar essa folha de pagamento. Sabem por quê? Por que o governo do PT gasta com publicidade, gasta com lagosta e camarão, gasta com aviação, mas não paga o Pro-Hosp dos hospitais, que estão atendendo nessa tabela horrorosa do governo federal. E o que será feito? Não é problema do governador. Não é problema do secretário de Planejamento. Não há dinheiro. Não tem jeito. Fica por isso mesmo. Hospitais como o Hospital da Baleia, o Hospital Luxemburgo, a Santa Casa de Belo Horizonte e o Hospital São Francisco estão aí, desse jeito.

Vemos aqui, por exemplo, Dalmo, a questão da Prefeitura de Belo Horizonte, que não fez essa farra que o PT faz. O prefeito Alexandre Kalil, com uma administração austera e uma secretaria da Fazenda chefiada por um dos melhores administradores do mundo, um dos pouquíssimos grandes administradores do Brasil, conseguiu organizar as contas e já pagou a metade do 13º salário. No dia 15 de dezembro, o Fuad Noman e o Sr. Kalil pagaram o 13º salário de todos os funcionários da Prefeitura de Belo Horizonte. E agora o prefeito Kalil, o secretário da Fazenda e o secretário da Saúde, Jackson, começarão a colocar aquele enorme Hospital do Barreiro para funcionar, mesmo sabendo que o governo do Pimentel, do PT, não pagará a parte dos 25% dele, como não paga nada com que se comprometeu em Minas Gerais.

Nós, lá no Norte de Minas, vamos ver este governador Pimentel, do PT, passar para a história como o primeiro governador de Minas Gerais que não fez nenhuma estrada asfaltada no Norte de Minas inteiro.

Temos mesmo a necessidade de uma estrada de Januária a Chapada Gaúcha, uma estrada que ligue o Norte de Minas a Brasília. Só no trecho de Arinos a Chapada Gaúcha, o governador Aécio, na época, fez 95km de asfalto, que está lá e que já diminuiu o sofrimento da população. Mas, para o povo de Pandeiros, Tejuco, Serra das Araras, São Joaquim, Chapada e Januária, para quem precisa dessa estrada, nem o projeto o governador mandou fazer. Ele foi lá em 2015, e sabem o que falou para o pessoal que pediu? “Se sobrar um dinheirinho, eu mando fazer um projeto.” E não sobra, não sobra, governador. Tire um pouquinho do dinheiro da publicidade, atenda a uma região e mande fazer um projeto. O povo de Pandeiros, de Serra das Araras, de São Joaquim, de Tejuco e de Januária foi para a frente da estrada e a interceptou, e veio a pressão. Aí saem correndo as lideranças do PT, que prometeram tanto e não fazem nenhuma estrada asfaltada no Norte de Minas. Eles falaram: “Vamos lá no governador?” E o governador disse: “Não, eu sou bonzinho, vou mandar fazer o projeto”.

Vamos ficar atentos. Dizem que a licitação será agora em dezembro. Vamos ver que tipo de licitação, porque essa obra tem de ser dividida em quatro lotes de projeto, e a firma que ganhar poderá ter, no máximo, quatro meses para fazer o projeto. Se licitar um projeto só e der um ano para a firma fazê-lo, vai passar para 2019, e aí deverá haver um governo que goste do povo do Norte de Minas e que faça estradas, como os governos de Aécio e Anastasia fizeram, asfaltando, praticamente, a grande maioria delas. Quase todas as cidades estão com asfalto na porta, como Buritis, Cônego Marinho, Miravânia, Ubaí, São Romão, Campo Azul, Icaraiá, Pintópolis e tantas outras.

Há uma estrada de Pintópolis a Urucuia que levaria a possibilidade do acesso do Norte de Minas até Brasília. São 70km de estrada que poderão ser divididos em duas parcelas, governador. Faça um pedacinho dessa estrada, faça o projeto da outra. O projeto de Urucuia a Pintópolis está pronto desde o governo Anastasia. É só mandar fazer alguma coisa. O empréstimo do Banco do Brasil já ficou em caixa. Cadê isso? Vá atender. E o secretário de Governo? Vai fazer alguma obra onde não há estrada sem asfalto, no Sul de Minas, enquanto no Jequitinhonha nada está sendo feito. Só Caravana da Cidadania vai lá, aí vai todo mundo. É aquela farra danada, e o povo, sem as obras.

Em relação à merenda escolar das escolas estaduais, a parte do Estado não está sendo paga; reforma das escolas estaduais, nada está sendo feito; quadras poliesportivas das escolas estaduais, desde o governo passado - com mais de três anos que esse governo foi eleito -, nada está sendo feito; emendas de parlamentares que vão para aquela associação comprar um veículo, ter uma fabriqueta, ter um galpão ou ter um trator, deputado Dalmo, desde 2015 não estão sendo pagas. Emenda, gente, não é para o deputado; é para uma prefeitura ou para uma associação; então, quando o governador se nega a pagá-la, está prejudicando, principalmente, aquela pessoa que precisa de um poço artesiano. É como uma emenda minha para fazer um poço artesiano em Botumirim, onde a Copanor não recebe mais dinheiro e não atende mais a população.

Você do Vale do Jequitinhonha, como está sendo a Copanor na sua cidade? Está atendendo à população? As obras estão sendo feitas? Não! Não há dinheiro para isso. Infelizmente, é um governo que não tem palavra. A palavra deste governo é, como disse o nosso presidente Adalclever Lopes há algum tempo, referindo-se a um anterior secretário de governo: “É um risco n’água.” Compromete-se com a população, mas não cumpre, não faz as coisas.

E nós estamos aqui nesta Assembleia com um governo que vai chegar a quase R\$6.000.000.000,00 de dívida com a saúde. Lá em Janaúba, quando houve aquela tragédia e as crianças morreram, os atingidos foram para o hospital, mas não havia gaze nem soro fisiológico. Por que não havia? Porque o governador deve R\$17.000.000,00 para a saúde, para os hospitais de Janaúba, assim como deve 20 tantos milhões de reais para a saúde de Montes Claros, como deve mais R\$3.000.000,00 para o hospital de Janaúria e de todos os municípios. Deve quase R\$2.000.000.000,00 para a atenção básica, que é um dos princípios basilares do SUS, esse grande programa.

Acaba com tudo. Onde o PT passa não fica nada. Não há compromisso cumprido. A população não vê nada. O funcionalismo público não tem valorização; concurso, da mesma forma. Não há merenda escolar. Não há dinheiro para a saúde. Estrada também não há. É um governo realmente complicado. Não podemos deixar Minas Gerais, esse estado pujante, ser chamado de o estado da “lá tinha”. Em Minas Gerais, lá tinha obra; lá tinha asfalto; lá tinha quadra; lá tinha merenda; lá tinha salário em dia; lá tinha atenção às pessoas; lá tinha saúde; lá tinha remédio nas farmácias. Lá tinha! Governador, não seja passado para a história como a pessoa que acabou quebrando Minas Gerais, que não fez uma só estrada asfaltada no Norte de Minas.

Dia 8, agora, é aniversário de Matias Cardoso. Provavelmente o governador vai mandar lá mais um secretário para prometer, porque a turma é boa para isso. Vão prometer o quê? Vão prometer fazer outra ponte, mas essa promessa já foi feita no ano passado, e nada foi feito até agora. “Vamos fazer uma ponte em Manga.” Gente, prometer mais o quê? Pare de promessa. Ponha a mão na massa. Vamos lembrar, governador, que o senhor foi eleito há mais de três anos e, portanto, tem de administrar Minas Gerais, não pode ficar fazendo mais fórum, indo para os lugares para ouvir a população. Não! O seu governo está acabando. Está entrando no último ano. Daqui a 10 meses há outra eleição, e aí vai fazer fórum regional. Fez um fórum regional lá em Itamarandiba, e sabe o que aconteceu? Mandaram trazer *buffet* de outra cidade, porque nem a comida quiseram comprar da localidade. Banquete para uns; e o resto da população sem nenhum atendimento.

Quero dizer ao governador Pimentel, do PT, e a seus assessores que parem de brincar de governar. Estamos dispostos aqui a ajudar, aprovamos todos os projetos que o senhor queria. Dissemos que não poderia meter a mão no dinheiro da população, dos depósitos judiciais. O senhor pegou o dinheiro, gastou, e agora não há como devolver. Olhe os hospitais de Belo Horizonte. Não deixe

a folha de pagamento de novembro desses hospitais sem pagar. O governador não cumpre o mínimo, que é fazer educação e saúde. Nem falei de segurança. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 20/11/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Agnaldo de Alcantara, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio.

TERMO DE CONTRATO Nº 47/2017

Concedente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Concessionária: Oi Móvel S.A., em recuperação judicial. Objeto: concessão gratuita de uso de um receptor de sinais terrestres. Vigência: 12 meses contados a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 139/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cemig Telecomunicações S.A. – Cemig Telecom. Objeto: prestação de serviços de transporte de telecomunicações, via rede óptica, para transmissão de sinais de áudio e vídeo. Vigência: 12 meses, contados da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 61/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 150/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Helen Paula Caitana Dias. Objeto: fornecimento de livros, em formato impresso e eletrônico, à Biblioteca Deputado Camilo Prates. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 68/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 150/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Algar Multimídia S.A. Objeto: prestação de serviços de acesso à internet. Objeto do aditamento: inclusão de subcláusulas. Vigência: a partir da assinatura.